



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	3316/989/20
Poder	EXECUTIVO
Município	Itanhaém
Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM
Período	12/2020
Relator	Dr. Sidney Estanislau Beraldo
Unidade Fiscalizadora	UR-20 UNIDADE REGIONAL DE SANTOS
Responsável	MARCO AURELIO GOMES DOS SANTOS
Cargo	PREFEITO
CPF	192.900.488-59
Período de Gestão	01/01/2020 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções N° 02/2016 e na Ordem de Serviço SDG 01/2017, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Previsão acumulada	R\$ 467.348.000,00	
Realização acumulada	R\$ 484.247.414,95	
Variação	R\$ 16.899.414,95	3,6160%

Da análise do comportamento das receitas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit de arrecadação acima demonstrado.

2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

Receitas Realizadas :	R\$ 484.247.414,95	
Despesas Liquidadas até o Período	R\$ 471.430.445,92	
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 12.816.969,03	2,6468%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Resultado Primário Previsto na LOA	R\$ -23.434.002,77	
Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO	R\$ 21.112.625,00	
Diferença	R\$ -44.546.627,77	190,0940%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada foi inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

Pelo exposto, caberá à Auditoria observar a ocorrência de eventuais alertas efetuados, sem as devidas medidas de ajustes, consignando a ocorrência em item próprio do relatório das contas anuais.

2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

Receita Previdenciária Realizada	R\$ 46.338.585,13	
Receita Previdenciária Prevista	R\$ 28.870.000,00	
Diferença	R\$ 17.468.585,13	37,6977%

Verifica-se que a receita previdenciária arrecadada acumulada superou a previsão orçamentária, demonstrando uma situação favorável, evidenciando que os repasses das contribuições estão sendo efetuados.

2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

Saldo Final	R\$ 81.768.772,69	
Saldo Inicial do Exercício	R\$ 95.485.460,65	

Diferença	R\$ -13.716.687,96	-14,3652%
------------------	--------------------	-----------

Da análise das Disponibilidades Financeiras, verifica-se no período uma situação desfavorável, com a redução acima demonstrada em relação ao saldo inicial, demonstrando, portanto, uma descapitalização, diante disto, devendo ser alertado, para os ajustes necessários visando a viabilidade financeira do Regime Próprio de Previdência Social Social, nos termos do artigo 59, §1º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/00.

2.6 - GF24 - Análise do Resultado Nominal - Resultado Realizado X Meta da LDO

Resultado Nominal Realizado no Exercício	R\$ 52.094.697,96	
Resultado Nominal Previsto no Anexo de Metas	R\$ -9.000.000,00	
Diferença	R\$ 61.094.697,96	117,2762%

Diante dos dados acima, verifica-se que o Resultado Nominal apurado no exercício demonstrou uma situação favorável, visto que superou a pretensão estabelecida na meta anual.

2.7 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM	R\$ 20.723.641,95	R\$ 4.145.113,03
INSTITUTO DE PREV. DOS SERV.PÚBLICOS MUNICIPAIS	R\$ 0,00	R\$ 2.236.304,87

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM	R\$ 29.657.103,76	R\$ 13.968.855,93	R\$ 149.340,98
INSTITUTO DE PREV. DOS SERV.PÚBLICOS MUNICIPAIS	R\$ 2.657.434,37	R\$ 2.236.304,57	R\$ 0,00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM	R\$ 36.938.542,62	R\$ 3.469.119,21	R\$ 12.434.387,43
INSTITUTO DE PREV. DOS SERV.PÚBLICOS MUNICIPAIS	R\$ 27.148,04	R\$ 2.630.286,63	R\$ 1.118.153,32

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.8 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2019	R\$ 204.359.605,93	R\$ 391.320.460,43	52,2231%	54,0000%
4/2020	R\$ 228.407.373,04	R\$ 398.980.537,12	57,2477%	54,0000%
8/2020	R\$ 226.812.727,45	R\$ 409.810.449,52	55,3458%	56,1653%
12/2020	R\$ 223.179.950,33	R\$ 415.223.849,85	53,7493%	54,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, sendo necessária, porém, a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada, estando sujeito, ainda, às vedações previstas nos incisos I a V do parágrafo único do art. 22 da Lei já mencionada, haja vista o limite prudencial ter sido também alcançado.

2.9 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2019	R\$ 204.359.605,93	R\$ 391.320.460,43	52,2231%	54,0000%
4/2020	R\$ 228.407.373,04	R\$ 398.980.537,12	57,2477%	54,0000%
8/2020	R\$ 226.812.727,45	R\$ 409.810.449,52	55,3458%	56,1653%
12/2020	R\$ 223.179.950,33	R\$ 415.223.849,85	53,7493%	54,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, sendo necessária, porém, a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada, estando sujeito, ainda, às vedações previstas nos incisos I a V do parágrafo único do art. 22 da Lei já mencionada, haja vista o limite prudencial ter sido também alcançado.

2.10 - GF28 - Dívida Consolidada

--	--	--	--	--

Período	RCL	DCL	% Dívida
12/2020	R\$ 415.223.849,85	R\$ 274.034.327,95	65,9968%
8/2020	R\$ 409.810.449,52	R\$ 238.616.922,95	58,2262%

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 120,00% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 3º, inciso II, da Resolução nº 40 do Senado Federal, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.11 - GF29 - Análise das Operações de Crédito (exceto ARO)

RCL	R\$ 415.223.849,85	
Operações de Crédito (exceto ARO)	R\$ 14.367.093,22	3,4601%
Limite Legal:	R\$ 66.435.815,97	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 16,00% da RCL, demonstrando o cumprimento ao disposto no Inciso I, do artigo 7º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.12 - GF30 - Análise das Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO)

Análise prejudicada em virtude da ausência de saldo decorrente de contratação de empréstimo por antecipação da receita orçamentária.

2.13 - GF31 - Análise de Concessão de Garantias

RCL	R\$ 415.223.849,85	
Concessões de Garantias	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal	R\$ 91.349.246,96	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 22,0000% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 9º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.14 - GF32 - Análise da Aplicação de Recursos decorrentes da Alienação de Ativos

De acordo com o Demonstrativo de Aplicação de Recursos Decorrentes da Alienação de Ativos e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, não ocorreram quaisquer receitas derivadas de alienações de bens e direitos que integram o patrimônio público, ficando prejudicada a análise quanto à vedação de sua aplicação em despesas correntes, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar 101/00, cabendo à auditoria, no entanto, sua confirmação in loco, apontando eventuais irregularidades no relatório das contas anuais.

2.15 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2020	R\$ 211.243.724,16	R\$ 401.050.065,29	52,6727%	52,6727%
7/2020	R\$ 210.639.783,15	R\$ 401.864.866,21	52,4156%	52,6727%
8/2020	R\$ 226.812.727,45	R\$ 409.810.449,52	55,3458%	52,6727%
9/2020	R\$ 226.211.488,61	R\$ 417.984.707,46	54,1196%	52,6727%
10/2020	R\$ 217.124.838,92	R\$ 416.274.641,14	52,1590%	52,6727%
11/2020	R\$ 221.171.439,11	R\$ 416.399.899,36	53,1152%	52,6727%
12/2020	R\$ 223.179.950,33	R\$ 415.223.849,85	53,7493%	52,6727%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2020, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 53,7493%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2020, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2020, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.16 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 34.384.544,85
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 10.977.356,76
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 48.284.113,68
(-) Valores Restituíveis	R\$ 9.082.217,11
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ -33.959.142,70
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 29.021.949,29
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 37.824.809,01

(-) Valores Restituíveis	R\$ 6.864.662,99
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ -15.667.522,71
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-53,8636%

A situação financeira do órgão melhorou entre o período de início e término dos 8 meses finais de mandato do Chefe de Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do disposto no art.42 da LRF.

2.17 - GF38 - Operações de Crédito X Despesas de Capital (regra de Ouro)

Operações de Crédito (exceto ARO)	R\$ 14.367.093,22
Despesas de Capital Liquidadas	R\$ 60.165.512,53
Resultado Apurado	R\$ -45.798.419,31

Conforme o quadro acima, verificamos que o Órgão realizou operações de crédito em valor inferior às despesas de capital líquidas (deduções do §º3, art. 32 da LRF), estando, portanto, de acordo com o disposto no inc. III do art. 167 da CF/88. Diante disso, a auditoria deverá confirmar os valores in loco, informando eventuais irregularidades no relatório das contas anuais.

2.18 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Restos a Pagar Processados	R\$ 20.723.641,95	R\$ 27.893.424,46	R\$ 11.678.523,79	R\$ 36.938.542,62
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 4.145.113,03	R\$ 1.763.679,30	R\$ 2.439.673,12	R\$ 3.469.119,21
Consignações	R\$ 3.718.649,00	R\$ 43.890.603,23	R\$ 45.393.144,84	R\$ 2.216.107,39
Depósitos	R\$ 3.173.479,17	R\$ 9.569.992,17	R\$ 8.094.915,74	R\$ 4.648.555,60
Outros	R\$ 6.154.050,32	R\$ 433.317.752,26	R\$ 414.559.669,64	R\$ 24.912.132,94
Total	R\$ 37.914.933,47	R\$ 516.435.451,42	R\$ 482.165.927,13	R\$ 72.184.457,76

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

Receita Prevista Atualizada	R\$ 221.188.500,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 75.388.088,00
Índice Apurado	34,0832%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 226.018.652,63	
Despesa Empenhada	R\$ 67.082.827,71	29,6802%
Despesa Liquidada	R\$ 67.001.061,81	29,6440%
Despesa Paga	R\$ 63.431.805,62	28,0649%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 226.018.652,63	
Despesa Empenhada	R\$ 67.082.827,71	29,6802%
Despesa Liquidada	R\$ 67.001.061,81	29,6440%
Despesa Paga	R\$ 63.431.805,62	28,0649%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada	
		R\$	%
R\$ 3.489.905,28	R\$ 87.318.556,45	R\$ 86.933.304,23	99,5588%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município atendeu ao §2º do art. 21 da Lei 11.494/07.

3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada Magistério	
		R\$	%
R\$ 3.489.905,28	R\$ 87.318.556,45	R\$ 81.954.476,58	93,8569%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município atendeu ao art. 22 da Lei 11.494/07.

3.6 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores

Saldo Anterior	Aplic. Financ.	Desp Empenhada	Saldo Atual
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

3.7 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

O Município não forneceu dados cadastrais suficientes para a identificação das Contas Vinculadas.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

Receita Prevista Atualizada	R\$ 221.188.500,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 70.855.000,00
Índice Apurado	32,0338%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 222.442.883,36	
Despesa Empenhada	R\$ 68.262.545,75	30,6877%
Despesa Liquidada	R\$ 67.987.311,47	30,5639%
Despesa Paga	R\$ 62.523.172,81	28,1075%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 222.442.883,36	
Despesa Empenhada	R\$ 68.262.545,75	30,6877%
Despesa Liquidada	R\$ 67.987.311,47	30,5639%
Despesa Paga	R\$ 62.523.172,81	28,1075%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

5 - Assunto de Fiscalização: ANÁLISE OCP

5.1 - ANÁLISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem

cronológica das datas de suas exigibilidades.

6 - Assunto de Fiscalização: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRIMESTRAL

6.1 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM)

Receitas	Previsão	Realização	AH%	AV%
Receitas Correntes	R\$ 417.098.100,00	R\$ 431.468.843,24	3,45%	98,53%
Receitas de Capital	R\$ 39.296.000,00	R\$ 22.955.487,78	-41,58%	5,24%
Deduções da Receita	R\$ -17.916.100,00	R\$ -16.515.501,20	-7,82%	-3,77%
Receitas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Receitas Orçam.	R\$ 438.478.000,00	R\$ 437.908.829,82	-0,13%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Receitas Orçam.	R\$ 438.478.000,00	R\$ 437.908.829,82		100,00%
		R\$ -569.170,18		-0,13%

Despesas	Fixação Final	Execução	AH%	AV%
Despesas Correntes	R\$ 358.447.965,02	R\$ 343.678.793,08	4,12%	77,00%
Despesas de Capital	R\$ 73.779.754,75	R\$ 60.362.438,29	18,19%	13,52%
Reserva de Contingência	R\$ 2.000.000,00			
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 28.690.000,00	R\$ 28.430.466,58	0,90%	6,37%
Repasse de duodécimos	R\$ 9.950.000,00	R\$ 9.950.000,00	0,00%	2,23%

(-) Devolução de duodécimos		R\$ 631.086,13		0,14%
Transf. Financeira À Adm. Indireta	R\$ 4.531.980,27	R\$ 4.531.980,27	0,00%	1,02%
Subtotal das Despesas	R\$ 477.399.700,04	R\$ 446.322.592,09	6,51%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Despesas	R\$ 477.399.700,04	R\$ 446.322.592,09		100,00%
Economia Orçamentária			R\$ 31.077.107,95	6,96%
Resultado da Execução Orçamentária			R\$ -8.413.762,27	-1,92%

O Resultado Geral da Execução Orçamentária, apurado com base nos dados enviados pela origem, demonstra que o órgão registrou um déficit no período, correspondendo a -1,92% da receita realizada.

6.2 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM) - LIQUIDAÇÃO

Receitas Realizadas	R\$ 454.424.331,02
Deduções da Receita	R\$ 16.515.501,20
Despesas Liquidadas	R\$ 430.708.018,65
Repasse de Duodécimos	R\$ 9.950.000,00
Devolução de Duodécimos	R\$ 631.086,13
Transferências Financeiras para Adm Indireta	R\$ 4.531.980,27
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ -6.650.082,97

O Resultado da Execução Orçamentária foi apurado com base nos empenhos liquidados.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 15/07/2021

Hora da Geração: 20:35:29